

Editorial

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*

Vitor Bartoletti Sartori**

Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.

J. Chasin

No Brasil de hoje em dia, tomar a posição marxiana como referência é, sob um duplo aspecto, interessante: ao mesmo tempo em que resta claro que somente ao compreender a conformação do capitalismo nacional é possível passar às questões políticas, estas últimas se apresentam de imediato quase como um enigma, o qual precisa ser decifrado com cuidado. Isto se dá, essencialmente, porque a “esfera pública” nacional é marcada pelas vicissitudes do caráter atípico daquilo que J. Chasin chamou de “via colonial para o capitalismo”: ao passo que democracia burguesa parlamentar, esfera pública e desenvolvimento burguês caminharam juntos nos casos clássicos de desenvolvimento capitalista, como o francês, o inglês e mesmo o americano, por aqui, as coisas se deram de modo distinto e, em aspectos decisivos, ainda mais gritante. Se o essencial em uma crítica ontológica ampara-se no entendimento dos nexos históricos e objetivos presentes na particularidade do modo específico de entificação do capitalismo, em terras brasileiras esta determinação, em situações que parecem ser decisivas para a política nacional – como as eleições –, aparece eclipsada.

Os últimos meses foram dominados pelo caloroso posicionamento acerca das duas principais candidaturas presidenciais. Entretanto, os grandes temas da vida nacional – aqueles que poderiam modificar de forma mais ou menos substancial as bases e manifestações do capitalismo brasileiro e sua forma de inserção na economia-mundo, bem como a vida cotidiana dos que aqui residem – brilharam pela ausência no debate. Este, resvalando cada vez mais próximo do rés do chão, e mais e mais adotando “soluções” à direita para os problemas apresentados, nem mesmo poderia ser alcunhado efetivamente como debate, já que se resumiu, em geral, a apor epítetos desqualificadores ao adversário. Ora, tachar de conservador ou corrupto já é, em si mesmo, superficial; enquanto elemento de debate, porém, passa longe de explicar as tendências criticadas, limitando-se a classificá-las pelo seu posicionamento acerca de temas que nem mesmo foram, no mais das vezes, compreendidos.

Esta incompreensão tem como um dos seus fundamentos o fato de o debate estar sufocado pelo politicismo: a tendência a tomar todo o complexo que forma a sociabilidade nacional pelo seu viés político, hipervalorizado e distorcido, em detrimento das determinações econômicas que têm prioridade ontológica com relação àquele. Mais ainda: tem-se restringido o próprio âmbito político ao seu viés institucional, tornando-o ainda mais estreito. Numa tal situação, desentende-se da própria política, já para não falar da incompreensão dos fundamentos materiais da sociedade – os quais não podem, assim, ser modificados na direção que atenda a interesses diferentes daqueles que ora estão sendo privilegiados. Na medida mesma em que os embates permaneceram no campo político-institucional, a conformação objetiva da cotidianidade pareceu ser algo transcendente, que não poderia ser questionado de modo algum. Acreditamos, assim, ser necessário reconhecer que a busca marxiana pela concretude ganha em importância, e de modo decisivo, ao mesmo tempo em que, quer queiramos, quer não, vem perdendo em efetividade, sendo preciso valorizar este aspecto, de modo decisivo, no momento teórico.

Esse duplo aspecto, assim, conforma-se, de um lado, enquanto há consciência da necessidade de uma crítica que apreenda o movimento real, a efetiva tessitura da sociabilidade que marca o capitalismo tupiniquim. Doutro lado, porém, esta consciência, muitas vezes (embora nem sempre), parece “tirar férias” – talvez, sob “pena de ruína” – quando se trata de adentrar no debate político-institucional como aquele protagonizado nos últimos meses, em que o processo eleitoral dominou a esfera pública nacional, esfera esta que é marcada pelas vicissitudes do capitalismo avançado, ao mesmo tempo em que não compartilha com este último suas – talvez passageiras – virtudes; trata-se, ao fim, de uma esfera publicitária. Se em junho de 2013, de modo contrário ao funcionamento desta esfera, talvez se tenham levantado, mesmo que por vezes de modo inconsciente, questões interessantes, todas elas foram, agora há pouco, conscientemente “colocadas entre parênteses” quando se tratou, no campo autodenominado “de esquerda”, seja da defesa do voto nulo, seja da defesa do “voto crítico”. Houve certamente uma

* Doutora em ciências sociais pela PUC-SP, professora da Universidade Federal Fluminense – Rio das Ostras.

** Doutor em filosofia do direito pela USP, professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

autonomização do debate eleitoral, permanecendo-se, ora mais, ora menos, em um campo publicitário e estranho ao embate efetivamente crítico.

Tratou-se, ao final, de certa aceitação – como mencionado, talvez, até certo ponto, necessária “sob pena de ruína” – de termos que marcam uma esfera cotidiana eivada pela manipulação. A crítica radical, a busca pela mudança na própria tessitura da sociedade civil-burguesa (e a assim chamada “sociedade civil”, não raro vista de modo idílico em alguns campos autointitulados “de esquerda”, é sempre também burguesa, se formos seguir os apontamentos de Karl Marx), pareceram ter sido relegadas ao “âmbito privado”. De tal forma, procedimento “democrático” e resignação, ora mediados pelo medo, ora pela esperança destituída de base real (dois sentimentos que Lukács não deixou de correlacionar em sua *Ontologia do ser social*), andaram juntos, estabelecendo uma aliança que, esperamos, não seja duradoura. O campo comum em que se colocou a autodenominada “esquerda” foi, também, um campo manipulatório. Assim, ao mesmo tempo em que ela se viu, por vezes, em um terreno hostil, tal hostilidade também foi naturalizada em alguns momentos.

Não cabe, aqui, tratar das implicações “táticas” ou “estratégicas” dessa situação. Ressaltamos, porém, que algo decisivo para nossa época parece ser a retomada de bases sólidas para uma crítica real e efetiva, ou seja, para uma crítica ontológica à sociabilidade subsumida ao capital. Se o “ferro e o sangue” (como disse György Lukács, seguindo os passos de Marx, Engels e Lênin) já marcara a “via prussiana para o capitalismo” – uma via em que a democracia parecia uma “mercadoria de importação” –, o capitalismo alemão, entretanto, pôde contar com um desenvolvimento nacional (antidemocrático), amparado no imperialismo e no papel ativo do país neste. No Brasil, porém, nem sequer as possibilidades advindas do “desenvolvimento nacional” e das forças produtivas engendradas pelo modo de produção capitalista puderam vir com o domínio burguês – a “burguesia nacional” (fantasma que marcou de modo, infelizmente, decisivo a estratégia da esquerda nacional do século XX) não foi capaz de trazer tais avanços.

Aditado o caráter e o fundamento do capitalismo internacionalizado, resta reafirmar, com J. Chasin, que, nos dias que correm, manter a lucidez é um ato revolucionário. Nesta situação, nada mais necessário que uma profunda reflexão, em que o momento teórico não pode, sob hipótese alguma, subordinar-se a uma prática que aceita o inaceitável como base e que enxerga a ciência como um mero “instrumento” subordinado às demandas táticas de cada momento. São urgentes um senso de realidade e um rigor decididos para que a própria vida cotidiana da formação capitalista brasileira seja decifrada de modo satisfatório. Trata-se, evidentemente, de um percurso árduo e que envolve a colaboração de diversos campos que se colocam contra o domínio do capital; no entanto, é preciso que se diga, os primeiros passos deste esforço (e só os primeiros passos, infelizmente) podem estar a caminho quando consideramos, por exemplo, o ímpeto consciente de retomada da obra do próprio Marx.

Neste sentido, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, na medida das suas forças e inserção, procura incentivar sempre a relação consciente entre a atividade cotidiana e a reflexão científica, explicitando o caráter proveitoso da apreensão efetiva do ser social enquanto um processo histórico e objetivo. J. Chasin, autor com o qual compartilhamos aspectos essenciais de nossas convicções, deu passos decisivos neste sentido, ao tratar da via colonial ao capitalismo, bem como ao analisar aspectos importantes da “miséria brasileira”. Amparado por uma leitura rigorosa no campo do pensamento marxista, o percurso chasiniano comprova, dentre outras coisas, a necessidade de se conciliar rigor teórico e um senso de realidade aguçado, procurando sempre compreender o ser-precisamente-assim da sociabilidade que marca uma época. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, sobre os ombros de Marx, Lênin, Lukács, Chasin e outros teóricos que pelejaram por desvendar a sociabilidade de seu tempo, intenta também contribuir para tal tarefa. Nesse sentido, o número 17 de *Verinotio* foi integralmente dedicado à compreensão do golpe de 1964 e de suas consequências, por estarmos imbuídos da certeza de que é preciso compreender o passado para lidar com o presente. Ali, de modos distintos, foram trazidos à tona aspectos marcantes da sociabilidade do capital e da miséria brasileira, os quais se expressaram de modo bonapartista durante os pelo menos 21 anos da ditadura. E, em parte considerável, tais aspectos, explicitados hoje de modo distinto, na forma de uma “autocracia burguesa institucionalizada”, para que usemos a dicção de Chasin (e trazendo certas continuidades essenciais), ainda estão presentes na vida nacional, mesmo que com especificidades própria da nova arquitetura institucional. Deste modo, a importância da pesquisa séria e cuidadosa também é uma exigência cotidiana. Autonomizar a “política” nacional, deixando de enxergá-la enquanto um momento constitutivo (e determinado, não determinante) da sociabilidade do capital, expressa de modo particular na formação social do capitalismo brasileiro, é tudo que não se pode fazer para compreendê-la de modo acertado. Sem que se trate das continuidades e das discontinuidades existentes entre o passado e o presente, qualquer crítica ontológica é, na melhor das hipóteses, parcial. Assim, podemos afirmar que o combate às vicissitudes do presente, vicissitudes estas

que permeiam a vida cotidiana das pessoas, precisa trazer consigo a apreensão reta do desenvolvimento do próprio real.

A reta compreensão das determinações da concretude mesma eventualmente traz consigo, no entanto, certa necessidade de afastamento quanto à cotidianidade; há uma íntima relação entre o tratamento realmente científico e a vida cotidiana, como apontou György Lukács em sua *Estética*, mas também na *Ontologia do ser social*. Podemos mesmo dizer que, por vezes, faz-se essencial buscar aspectos cuja influência na cotidianidade não se manifesta de imediato, ao mesmo tempo, e na medida mesma, em que é decisiva. E, assim, o presente número de *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* busca abordar aspectos distintos daqueles tratados na edição de número 17, número este ligado de modo mais imediato à realidade nacional. O presente número objetiva retomar aspectos decisivos para a formação do pensamento crítico e humanista, aspecto este que também é decisivo e que, acreditamos, não pode “tirar férias” de tempos em tempos.

Acreditamos que seja de importância decisiva o debate em torno do pensamento crítico, um pensamento que, em sua conformação marxiana, procura a compreensão e a transformação da realidade social mesma – trata-se, neste sentido, de uma crítica ontológica. Assim, imbuídos do espírito marxiano, os textos que são publicados no presente número nutrem-se do fato segundo o qual tratar do ideário de um autor significa simultaneamente buscar a posição deste frente à realidade, a qual é problematizada pelo pensamento crítico somente na medida em que é contraditória. Com isso em mente, no presente volume, procuram-se mostrar – de modos distintos e tendo em conta autores tão singulares como Hume, Maquiavel e Lukács e Marcuse – as nuances que estão presentes no percurso existente entre uma formação ideal específica e sua efetividade (marcada pela determinação social) em determinada época.

No presente volume, Andrew Feenberg, em “A realização da filosofia: Marx, Lukács e a Escola de Frankfurt” (publicado simultaneamente em português e inglês), procura explicitar a ligação existente entre a filosofia e os problemas sociais, os quais, segundo o autor, “abstratamente concebidos”, não são senão os problemas da própria filosofia. O autor, buscando desenvolver aquilo que chama de “argumento metacrítico”, passa por diversas etapas da “filosofia da práxis”, de Marx ao Lukács de *História e consciência de classe*, e daí aos teóricos frankfurtianos, como Adorno, Horkheimer e Marcuse. Com isso, tem-se explicitada a ligação indissociável entre teoria e prática – que, no argumento do autor, e do próprio Marx em verdade, só podem ser concebidos historicamente.

A relação entre historicidade e objetividade, mediada pela tematização do “método”, é tratada por Vânia Noeli Ferreira de Assunção em seu “A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social”. Tratando com cuidado dos textos de Marx, a autora explicita o modo pelo qual a questão “metodológica” é colocada pelo autor de *O capital* sem qualquer recurso a um esquema prévio ou *a priori*, tratando-se, neste sentido, de uma espécie de “antimétodo”; trata-se do primado de uma ontologia estatutária, a qual procura alcançar a objetividade em sua historicidade e diferença específicas, sendo preciso acompanhar os rumos da própria coisa sem, portanto, existir a possibilidade de imposição de qualquer esquematismo. Para tanto, segundo a autora, é essencial tratar da relação existente entre o concreto e o abstrato, bem como do modo pelo qual Marx relaciona tais dimensões da realidade efetiva nas “abstrações razoáveis”, abstrações estas presentes, por seu turno, na distinção marxiana (estranha a Hegel) entre modo de exposição e modo de pesquisa. Assunção ainda revisita J. Chasin quando, ao tratar das questões acima elencadas, procura explicitar a contribuição do filósofo brasileiro, traçando um diálogo entre a posição deste último com autores importantes do marxismo como György Lukács, Karel Kosík e, no território nacional, Marcos Müller. Por fim, registra a diferença apontada por Marx entre método de pesquisa e modo de exposição. No que, assim, ao se tratar de um embate entre aquilo colocado pelo próprio Marx e o que foi dito por importantes pensadores do marxismo, tem-se também a questão da historicidade como algo central a uma teoria de talhe crítico.

Tal questão, que emerge de modo mais claro com o Renascimento, segundo Agnes Heller, aparece também no texto de Maicon José Fortunato, autor que aborda a historicidade a partir da obra de Maquiavel no artigo “O tempo histórico nos *Discorsi* maquiavelianos e a reinterpretação da circularidade polibiana”. Discute-se, assim, no artigo, um tema de grande relevo, aquele atinente aos “ciclos históricos” os quais, em Maquiavel, distanciaram-se, por vezes de modo decisivo, da posição de Políbio, na medida em que a modernidade emerge em seu pensamento sendo tematizada na dimensão política e, neste sentido específico, aponta Fortunato, a questão da circularidade no pensamento maquiaveliano, se pode ser vista enquanto algo central, só aparece na medida em que a permanência dos regimes políticos é o que interessa ao autor de *O príncipe*. A prática dos homens, neste sentido, aparece como central à conformação de seu ser-precisamente-assim, de tal forma que a posição humanista segundo a qual o homem, ao final, faz sua própria história (embora em situações legadas pelo passado) tem centralidade. Tal percepção, podemos

dizer, até certo ponto, aparece aos homens somente na própria modernidade que, assim, é tematizada na medida mesma em que é discutido um autor como Nicolau Maquiavel.

Outro autor que pode ser visto nesta esteira – aquela da modernidade e, em verdade, da emergência da própria sociedade capitalista – é David Hume. Este último é objeto do artigo “O papel da eloquência na filosofia humiana”, de Carlos Roberto Alves Lima. O autor trata de mostrar que o cuidado de Hume com o discurso filosófico, algo que, pode-se dizer, conforma-se substancialmente somente na modernidade, dá-se na medida em que o autor valoriza justamente a eloquência dos antigos em oposição à dos modernos. Assim, enxergando um aspecto universalista da eloquência antiga, Hume, de certo modo, trata de mudar seu próprio estilo, adequando-o às condições históricas que advêm da emergência da modernidade. E, neste sentido, é interessantíssimo percebermos que, mesmo em um grande expoente da tradição filosófica ocidental, não necessariamente a apropriação do passado se dá de acordo com a plena consciência acerca das relações sociais reais e efetivas. Podemos, assim, até certo ponto, trazer à tona a posição de Marx, presente em *O capital*, segundo a qual, muitas vezes, os homens “não sabem, mas fazem”.

Tal questão, acreditamos, é essencial para a compreensão da própria realidade social. Aparece ela, com força, no campo estético, por exemplo. Um autor como Balzac, monarquista confesso, segundo Lukács, teria sido mais realista, expondo de modo mais fiel a conformação objetiva da sociedade, justamente ao tratar de aristocracia, classe pela qual tinha simpatia. Ao desenvolver narrativas que expunham a realidade de modo fiel, o autor francês acreditou estar também explicitando justamente o caráter essencial desta classe. Ocorre, porém, que, em verdade, dá-se o oposto – ao tratar da aristocracia, mesmo que não o saiba, Balzac mostra seu caráter parasitário. Trata-se de um aspecto essencial ao debate estético e que se apresenta naquilo que Engels chamou de “triunfo do realismo”; reiteramos: mesmo os grandes homens, por vezes, “não sabem, mas fazem”. Esta temática, e seus meandros, são discutidos com rigor por Maria Guadalupe Morando em seu “Realismo y ‘triunfo del realismo’ en la teoría estética tardía de György Lukács”, texto em que a autora, com cuidado, traça o desenvolvimento de duas temáticas correlatas – a do realismo e a do “triunfo do realismo” – procurando mostrar como tais questões permanecem na obra marxista de György Lukács da década de 1930 até suas últimas obras, como a *Ontologia do ser social* e a *Estética*. Morando, porém, ainda destaca uma questão essencial aos estudiosos da arte – mostra que há um desenvolvimento desses temas no pensamento de Lukács, havendo na *Estética* mais cuidado com algumas categorias que, na década de 1930, em meio às polêmicas nas quais o autor húngaro adentrou, por vezes não puderam ser tratadas com o cuidado devido. Mostra-se, assim, o rigor e a seriedade deste grande marxista, talvez o maior do século XX, que foi György Lukács.

Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, na esteira da valorização da obra deste grande autor, aliás, trata de publicar em seu presente número o texto escrito pelo marxista húngaro sobre *Boris Godunov*, de Púchkin. No texto, Lukács trata da literatura russa, e do drama russo em especial, versando, ao tratar do autor supramencionado, também sobre Gógol e comparando tais escritores aos clássicos do realismo alemão, como Goethe. Neste sentido, tem-se a questão estética explicitando, inclusive, a ligação que pode existir entre a popularidade de um autor, a sua época e o modo como se conforma certa apreensão do próprio real. O texto de Lukács mostra-se de suma importância, assim, principalmente para aqueles interessados em questões estéticas, mas não só: a ligação existente entre a realidade social e a obra de arte é também delineada no texto lukacsiano, de tal maneira que a efetividade da arte no mundo é debatida, podendo-se dizer que uma real e efetiva compreensão do mundo em que vivemos passa pela compreensão da peculiaridade do estético e do modo pelo qual a esfera artística conforma-se na sociedade capitalista.

Ainda nesse sentido, devem-se destacar outros dois escritos que, na presente edição, permeiam, de modos distintos, a obra do próprio autor da *Ontologia do ser social*. Trata-se dos textos de Ronaldo Vielmi Fortes e de Vitor Bartoletti Sartori. Em “Gênese do direito na obra tardia de György Lukács: a violência e a determinação histórico-social do direito” Fortes busca cuidadosamente delinear a relação existente entre a gênese e a historicidade da esfera jurídica e da violência. O autor, na esteira do que há de melhor na tradição marxista sobre o direito, intenta explicitar a tese do marxista húngaro acerca do “fenecimento” da esfera jurídica, esfera esta que, bem aponta Fortes, seguindo Lukács, está acompanhada pelo antagonismo classista e ligada ao momento em que tais antagonismos, longe de serem suprimidos, restam reconhecidos na esfera jurídica. Por sua vez, Vitor B. Sartori, com base no autor húngaro, procura criticar a posição de uma autora que vem sendo muito lida na atualidade, Hannah Arendt, em seu texto “Hannah Arendt: milagre, história e revolução”. Mostra que, ao deixar de lado a questão da ontogênese do homem, a pensadora alemã adota uma posição que pode, sob certos aspectos, ser considerada “teológica”. A tese defendida por Sartori é: tal aspecto – “incômodo” a muitos que elogiam a autora – reverbera em todas as posições de Arendt, que, ao tratar da história, da política e da revolução, não deixa

de tornar explícita certa forma de irracionalismo, inaceitável para aqueles que defendem a atualidade da defesa da emancipação humana.

Assim, com base em Lukács, de modo distinto, no final, trata-se também da questão da emancipação – seja considerando sua impossibilidade por meios “jurídicos”, seja defendendo-se a atualidade da emancipação humana frente à postura de valorização da política presente em uma importante autora como Arendt. Ao se tratar da atualidade da emancipação, é preciso que se diga que esta, na posição de Marx, de Lukács e de outros pensadores importantes do século XX – que permanecem de um modo ou doutro atuais no século XXI – passa pela tematização do socialismo e dos limites das experiências que buscaram atingir este último nos anos 1900. Neste ímpeto, Joana Salém Vasconcelos, em seu texto “Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929)”, aborda de modo detido duas questões de grande relevo: de um lado, a historiografia e as controvérsias que aparecem nesta sobre a URSS, nas figuras de Ch. Bettelheim, M. Dobb e I. Deutscher. Doutro, o debate econômico que se deu em solo soviético na primeira tentativa de implantação sistemática do socialismo. A autora reconstitui as posições de Lênin, Preobrajensky, Trotski, Bukhárin e Stalin, posições estas que foram decisivas para os rumos do desenvolvimento soviético que culmina com as coletivizações forçadas do campo e que trazem reverberações que alcançam a própria conformação objetiva da sociedade soviética. Em ato, colocou-se, nas palavras da autora, o “choque violento entre individualismo e coletivismo, especulação e planejamento, egoísmo e coerção”, de tal forma que o artigo tem um importante papel para que se possa rever a sociedade soviética em uma época em que o modelo lá adotado mostra-se caduco, mas a “atualidade da ofensiva socialista”, para que se use a dicção de I. Mészáros, não.

Por mais que a vida cotidiana, na sociedade capitalista, possa eclipsar aspetos essenciais a qualquer debate sério, o papel de uma publicação científica é, em grande parte, trazer o debate que possa explicitar tais aspectos mesmo em uma época que, por vezes, parece estar marcada por uma letargia nada estimulante. A compreensão da realidade nacional e dos problemas político-institucionais, acreditamos, precisa ser enxergada com o cuidado devido, sendo preciso, em um primeiro momento, reconhecer que muitíssimo ainda há para se avançar caso se queira dar um tratamento cuidadoso aos problemas colocados na cotidianidade dos homens que convivem no mundo atual.

Desse modo, mesmo que não possa de modo algum trazer soluções para a prática emancipatória contemporânea, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* acredita estar cumprindo um papel importante, ainda que em verdade bastante modesto, na atualidade. Ao fomentar o debate teórico e ao questionar a prática do passado e do presente, *Verinotio* procura afirmar sua posição comprometida com a emancipação humana. Se as dificuldades para que se possa dar ensejo a esta última são muitas, ao mesmo tempo, a consciência acerca da relação entre a teoria e a prática, bem como a consciência destas dificuldades, é um passo necessário.

A adoção da posição marxista, pois, não se revela do modo dúplice citado no início deste texto em razão de alguma “crise de paradigmas” – antes, a atualidade e o rigor necessário da posição marxiana só emergem como forças na medida em que “o concreto é o verdadeiro ponto de partida”. Os desafios colocados objetivamente pelo presente possuem um momento teórico importante e, por mais que, na atualidade, as relações estabelecidas entre este momento e a vida cotidiana tenham de ser vistos de modo crítico, acreditamos que *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* possa incentivar o debate necessário neste campo, podendo ser parte de um movimento que questiona real e efetivamente – ou seja, com uma crítica ontológica – a sociedade marcada pela subordinação aos imperativos reprodutivos do capital. Acreditamos que qualquer posição humanista digna de tal nome assim o supõe.